

Balanço Patrimonial

Encerrado em 31 de Dezembro

ATIVO

		2017	2016
CIRCULANTE:	NOTAS	28.421.581,55	34.752.893,30
Caixa	5-c	47.057,17	24.969,96
Bancos - recursos sem restrições	5-c	273.474,40	952.292,20
Bancos - recursos com restrições	5-d	661,90	71.291,89
Aplicações financeiras - recursos sem restrições		-	242.947,62
Aplicações financeiras - recursos com restrições	5-d	3.660.767,66	2.952.775,66
Contas a receber	5-f	18.491.293,38	23.341.754,05
Estoques diversos	5-g	4.192.212,34	3.747.800,88
Demais contas a receber		1.689.298,19	3.360.100,41
Despesas do exercício seguinte		66.816,51	58.960,63
NÃO CIRCULANTE:		38.624.573,63	29.233.807,36
Direitos de longo prazo		14.352.359,31	4.988.478,82
Contas a receber	6-a	14.236.171,10	4.816.589,26
Depósitos judiciais	6-b	116.188,21	171.889,56
Imobilizado	7	24.272.214,32	24.245.328,54
TOTAL DO ATIVO		67.046.155,18	63.986.700,66

PASSIVO

		2017	2016
CIRCULANTE:	NOTAS	42.275.074,30	40.197.506,81
Fornecedores de materiais e serviços	8-a	18.025.273,89	16.896.541,59
Empréstimos	8-b	4.928.429,16	2.150.139,61
Obrigações com pessoal	8-c	3.465.053,42	4.749.620,87
Férias e encargos a pagar	8-d	7.323.738,66	6.672.642,17
Tributos, encargos e serviços	8-e	3.259.416,92	3.425.098,51
Subvenções a realizar	8-f	3.587.404,86	4.949.932,74
Receita de subvenções a realizar	8-g	1.239.528,43	1.076.783,29
Demais contas a pagar		446.228,96	276.748,03
NÃO CIRCULANTE:		22.697.720,00	19.503.323,37
Obrigações de longo prazo		22.697.720,00	19.503.323,37
Provisão para contingências	9-a	830.600,00	2.551.728,12
Parcelamento de tributos e serviços	8-c	11.502.684,46	9.114.763,12
Empréstimos	8-b	3.389.164,84	1.249.667,97
Receita de subvenções a realizar	9-d	6.975.270,70	6.587.164,16
PATRIMONIO LÍQUIDO (nota 10)		2.073.360,88	4.285.870,48
Patrimônio social acumulado	10-a	4.285.870,48	8.697.265,32
Superávit (déficit) do exercício	10-b	(2.212.509,60)	(4.411.394,84)
TOTAL DO PASSIVO		67.046.155,18	63.986.700,66

Demonstração de Superávit dos Exercícios

Encerrado em 31 de Dezembro

		2017	2016
RECEITA OPERACIONAL	NOTAS	157.355.934,31	149.948.151,87
Contratualização SUS	12-a	72.952.047,27	67.299.398,29
Serviços conveniados	12-b	31.875.271,32	34.849.721,80
Demais serviços hospitalares	12-c	3.321.722,14	2.811.119,49
Subvenções governamental	12-d	19.803.623,29	18.954.871,11
Contribuições e doações	12-e	1.043.676,51	1.556.839,05
Benefícios previdenciário e fiscal	13	25.438.052,50	23.373.681,00
Outras receitas operacionais		2.921.541,28	1.102.521,13
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS:		(157.480.192,97)	(154.043.134,03)
Salários, ordenados, 13. ^o , férias, e indenizações		(57.597.597,32)	(56.654.343,38)
Serviços de terceiros- pessoas jurídicas		(18.544.301,62)	(19.680.984,19)
Serviços de terceiros - pessoas físicas		(8.029.652,46)	(7.672.039,35)
Despesas e encargos com pessoal		(4.989.625,97)	(5.319.422,61)
Materiais hospitalares		(26.710.481,53)	(25.111.777,19)
Obrigações incentivadas		(25.438.052,50)	(23.373.681,00)
Impostos e taxas		(388.050,43)	(64.703,43)
Depreciação de bens		(4.130.903,29)	(3.658.558,27)
Água, luz, gás e limpeza		(4.127.555,00)	(4.388.966,04)
Manutenção e consertos		(1.674.303,66)	(1.719.449,07)
Despesas jurídicas		(240.735,82)	(922.836,16)
Aluguéis		(1.966.072,89)	(2.245.118,27)
Materiais de expediente		(476.701,64)	(568.022,48)
Transportes		(214.365,08)	(190.454,56)
Comunicações		(246.188,02)	(287.926,11)
Divulgação e publicidade		(280.406,31)	(266.881,65)
Custo de captação de recursos		(145.661,10)	(222.252,96)
Hotelaria		(45.683,97)	(166.697,90)
Viagens		(127.531,90)	(103.324,77)
Restituição contratual		(470.391,39)	(96.835,07)
Seguros		(247.287,93)	(203.924,45)
Informática		(855.677,72)	-
Obrigações civil de terceiros - INSS		-	(560.438,64)
Despesas gerais		(532.965,42)	(564.496,48)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) OPERACIONAL		(124.258,66)	(4.094.982,16)
Despesas financeiras		(2.700.752,19)	(993.527,84)
Receitas financeiras		612.501,25	677.115,16
SUPERÁVIT (DÉFICIT) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(2.212.509,60)	(4.411.394,84)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social Encerrado em 31 de Dezembro

Descrição	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2015	8.112.481,35	584.783,97	8.697.265,32
Incorporação do déficit	584.783,97	(584.783,97)	-
Superávit (Déficit) do exercício	-	(4.411.394,84)	(4.411.394,84)
Em 31 de dezembro de 2016	8.697.265,32	(4.411.394,84)	4.285.870,48
Incorporação do déficit	(4.411.394,84)	4.411.394,84	-
Superávit (Déficit) do exercício	-	(2.212.509,60)	(2.212.509,60)
Em 31 de dezembro de 2017	4.285.870,48	(2.212.509,60)	2.073.360,88

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de Fluxo de Caixa - MI

Encerrado em 31 de Dezembro

	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	(1.022.313,55)	275.396,40
1a) Superávit (déficit) ajustado:	1.918.393,69	(752.836,57)
Superávit (déficit) do exercício	(2.212.509,60)	(4.411.394,84)
Ajuste ao superávit:		
Depreciação e amortização	4.130.903,29	3.658.558,27
1b) Demais variações:	(2.940.707,24)	1.028.232,97
Diminuição (aumento) nas contas a receber	(4.513.419,82)	(3.732.513,11)
Diminuição (aumento) nos estoques	(444.411,46)	93.097,86
Diminuição (aumento) nas despesas antecipadas	(7.855,88)	(15.623,19)
Diminuição (aumento) nas demais contas a receber	1.670.802,22	(2.877.075,47)
Aumento (diminuição) nas contas do passivos	354.177,70	7.560.346,88
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:	(4.157.789,07)	(7.281.839,35)
Aquisição de imobilizado	(4.157.789,07)	(7.281.839,35)
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:	4.917.786,42	1.037.585,20
Ajustes positivos (negativos) de exercícios anteriores	-	-
Empréstimos (pagos) contraídos	4.917.786,42	1.037.585,20
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(262.316,20)	(5.968.857,75)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(262.316,20)	(5.968.857,75)
Disponibilidades no início do exercício	4.244.277,33	10.213.135,08
Disponibilidades no final do exercício	3.981.961,13	4.244.277,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Valor Adicionado

Encerrados em 31 de Dezembro

ITENSDESCRIÇÃO	2017	2016
1 - RECEITAS:	131.917.881,81	126.574.470,87
1.1) Prestação de serviços na área da saúde	108.149.040,73	104.960.239,58
1.2) Receitas de subvenções	19.803.623,29	18.954.871,11
1.3) Contribuições e doações	1.043.676,51	1.556.839,05
1.4) Outras receitas	2.921.541,28	1.102.521,13
2 - MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS:	62.969.890,57	62.727.307,07
2.1) Medicamentos e materiais hospitalares	26.710.481,53	25.111.777,19
2.2) Serviços de terceiros, energia e outros	35.726.443,62	36.490.594,76
2.3) Outros custos hospitalares	532.965,42	1.124.935,12
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	68.947.991,24	63.847.163,80
4 - RETENÇÕES:	4.130.903,29	3.658.558,27
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	4.130.903,29	3.658.558,27
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	64.817.087,95	60.188.605,53
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA:	612.501,25	677.115,16
6.1) Receitas financeiras	612.501,25	677.115,16
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	65.429.589,20	60.865.720,69
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	65.429.589,20	60.865.720,69
8.1) Pessoal (salário, férias, 13 ^o , rescisões)	57.597.597,32	56.654.343,38
8.2) Encargos com pessoal	4.989.625,97	5.319.422,61
8.3) Impostos, taxas e contribuições	388.050,43	64.703,43
8.4) Juros e aluguéis	4.666.825,08	3.238.646,11
8.5) Superávit (déficit) do exercício	(2.212.509,60)	(4.411.394,84)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

HOSPITAL EVANGÉLICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

CNPJ 27.193.705/0001-29
Cachoeiro de Itapemirim - ES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Entidade foi fundada em 02 de junho de 1958, com sede e foro na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo. É uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e operações de caráter filantrópico, tendo como objetivos: a) a prestação de assistência médica e hospitalar gratuita a pessoas que reconhecidamente não disponham de recursos nem usufruam direitos para tanto, sem distinção de qualquer natureza; b) prestar assistência no setor da saúde a quantos procurarem seus serviços; e c) assistir espiritualmente a quantos necessitarem por meio do serviço de capelania.

2. REGISTROS, INSCRIÇÕES E CERTIDÕES LEGAIS

A Entidade possui as seguintes informações sobre os registros e inscrições:

- CNPJ/MF nº 27.193.705/0001-29.
- Inscrição Municipal: 6508-1.
- Inscrição Estadual: 080.048.63-3.
- Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), na área de Saúde, concedido pela Secretaria de Atenção à Saúde, órgão do Ministério da Saúde, conforme Portaria nº. 2.036 de 16 de dezembro de 2016, com validade de 21 de setembro de 2015 a 20 de setembro de 2018.
- Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, válida até 28/05/2018, emitida com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
- Certificado de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, válida até 25/03/2018.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validade até 28/08/2018, emitida pela Justiça do Trabalho.
- Certidão Negativa de Débitos nº. 311197, com validade até 31/03/2018, emitida pela Secretaria Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.
- Certidão Positiva de Débito Fiscal com Efeito de Negativa para com a Fazenda Pública Estadual nº 2018069341, válida até 08/05/2018, emitida pelo Governo do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Fazenda.

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas aplicadas às entidades sem fins, entre as quais aquelas determinadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, incluindo a NBC TG 1000 que trata da Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução nº. 1.255/2009, a NBC TG 07 (R1), aprovada em 2010, que dispõe sobre

subvenção e assistência governamental, a ITG 2002 (R2), aprovada pela Resolução nº. 1.409/12, que trata das Entidades sem Finalidade de Lucros, a NBC TG 26 (R3), que tratam da apresentação das Demonstrações Contábeis, a Resolução 1.374/11, que deu nova redação à NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, e, de forma complementar, os dispositivos constantes das Leis nºs. 6.404/76 (Lei das Sas) e alterações, 10.406/02 (Código Civil), 12.101/09, com as modificações da 12.868/13 (que, entre outros, dispõe sobre a certificação das Entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimento de isenção de contribuições para a seguridade social) e os Decretos nºs. 8.242/14, que regulamentam a Lei nº 12.101/09, e o 3000/99, que regulamenta o Imposto de renda.

A Administração da Entidade declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

4. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade as quais configuram normas brasileiras de contabilidade específicas para tais Entidades, incluindo a adequação de todos os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, também, o pronunciamento direcionado para contabilidade de pequenas e médias empresas (NBC T 19.41). As demonstrações financeiras são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Entidade revisa suas estimativas periodicamente em período não superior a um ano.

A Entidade tem como moeda funcional o Real que também é a moeda de apresentação de suas demonstrações contábeis.

A autorização para a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião da diretoria.

5. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Entidade estão descritas a seguir:

a) Apuração do superávit ou déficit, receitas e despesas

As receitas e as despesas necessárias à manutenção das atividades da Entidade são registradas mediante a documentação hábil e pelo regime de competência, nos termos do item 8 da ITG 2002, aprovada pela Resolução do CFC nº. 1.409/12, e inclui as doações, subvenções, contribuições e a aplicação de recursos.

b) Subvenções e doações

As receitas oriundas de subvenções e doações são registradas conforme determina a ITG2002 (entidades sem fins lucrativos), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos e cumprida todas as condições estabelecidas e relacionadas às subvenções, inclusive critério de contabilização e reconhecimento do resultado.

c) Caixa e equivalente de caixa

Abrangem saldos de caixa e bancos em moeda corrente, as quais são sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

d) Bancos e Aplicações financeiras – com restrições

Em atendimento a ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.409/12, representa os recursos financeiros advindos de subvenções governamentais, a serem aplicados a partir de 2018, nas condições determinadas nos respectivos instrumentos contratuais.

e) Ativo e passivo circulante e não circulante.

São demonstrados pelos valores de realização ou liquidação incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

f) Contas a receber

É reconhecida mediante os valores constantes de documentos e instrumentos emitidos a favor da Entidade, decorrente da prestação de serviço hospitalares, como segue:

Descrição	2017 – R\$	2016– R\$
Contratualização SESA	8.432.660,89	11.456.712,63
Convênios municipais	3.800.000,00	2.000.000,00
Seguradoras de saúde	6.258.632,49	9.885.041,42
Total:	18.491.293,38	23.341.754,05

É constituída provisão em base considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e para tanto são considerados os valores de inadimplência mais antigos.

g) Estoques:

Os estoques referem-se a medicamentos e materiais médico-hospitalares utilizados na prestação de serviços de saúde e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel e, em geral, compreende materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo e outros produtos relacionados à atividade hospitalar. Os estoques obsoletos ou “vencidos” são baixados ou substituídos, quando identificados. Estão assim representados:

Estoques:	2017-R\$	2016-R\$
Medicamentos	2.071.113,63	1.724.865,61
Materiais hospitalares	1.624.285,01	1.432.601,02
Outros materiais	496.813,70	590.334,25
Soma	4.192.212,34	3.747.800,88

6. DIREITOS DE LONGO PRAZO

a) Contas a receber

Referem-se aos seguintes:

Contas:	2017-R\$	2016-R\$
Pagamentos Hosp. Evangélico Litoral Sul	3.827.437,81	3.697.882,79
Recursos de glosas	2.646.163,85	1.208.168,77
Glosas a serem tratadas	9.091.506,53	1.239.474,79
Provisão para contas a receber de convênios	(1.328.937,09)	(1.328.937,09)
Soma	14.236.171,10	4.816.589,26

Os pagamentos por conta do Hospital Evangélico – Município de Itapemirim decorre de valores devidos pela Maternidade Santa Helena, situado no Município de Itapemirim – ES a fornecedores, impostos e contribuições existentes quando da assinatura do contrato de gestão com aquele Município, que prevê a entrega de ativos no fim da gestão. O Contrato de Prestação de Serviços e Gestão foi assinado em 15 de dezembro de 2009 e tem aditivos posteriores. Os valores pagos serão liquidados quando do recebimento dos ativos.

Os recursos de glosas e as glosas a serem tratadas decorrem de valores a receber de diversos convênios, pertinentes a prestações de serviços anteriores a 2017 e estão sob os cuidados de departamento interno e do jurídico da Entidade. Para os valores de difícil liquidação é constituída provisão de perdas correspondente. Em atendimento às práticas contábeis os valores em discussão foram transferidos do circulante para o não circulante, haja vista a imprecisão da época de seu recebimento.

b) Depósitos judiciais

Valores depositados conforme decisões judiciais, referentes a processos trabalhistas.

7. IMOBILIZADO

É representado pelos seguintes valores:

Tipo de bens	2016	Aquisições		Depreciação		2017
	R\$	R\$	%	R\$		R\$
Terrenos	118.555,52	150.000,00	-	-		268.555,52
Prédios e construções	9.358.770,14	355.056,74	4	516.085,8		9.197.741,08
Equipamentos hospitalares	11.880.962,79	2.397.760,73	10	3.003.444,34		11.275.279,18
Equipamentos não hospitalares	484.585,92	897.863,00	10	154.559,97		1.227.888,95
Móveis e utensílios	1.647.373,67	245.689,32	10	445.803,17		1.447.259,82
Computadores e periféricos	617.725,65	111.419,28	20	11.010,01		718.134,92
Veículos	137.354,85	0	20	0		137.354,85
Soma	24.245.328,54	4.157.789,07		4.130.903,29		24.272.214,32

A sociedade tem mantido nos últimos anos a política de aplicar os recursos financeiros na modernização de sua estrutura física e operacional.

O imobilizado está representado pelos bens operacionais, registrados pelo seu custo de aquisição, conforme documento de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, conforme taxas descritas no quadro acima, não aplicado sobre eles a permissão contida na NBC TG 37 (4), com as alterações de 23/10/15, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, quanto aos custos iniciais de adaptação às normas internacionais, face à implantação dos controles físicos estarem em andamento.

No total de aquisições de equipamentos hospitalares em 2017 consta o montante de R\$ 813.725,68 (R\$ 2.628.740,00 em 2016) adquiridos com verbas governamentais, conforme “nota 11”. Em 2017 foi transferido para receitas de subvenções, mediante processo de depreciação, o valor de R\$ 1.076.783,29 (R\$ 813.909,29 em 2016), nos termos da NBC TG 07-R1/2013, editada pelo CFC.

8. OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO

a) Fornecedores de materiais e serviços

Representa a materiais e serviços adquiridos e utilizados nas atividades operacionais da Entidade, reconhecidos ao valor da documentação ou do contrato correspondente.

b) Empréstimos

Compõem-se de valores relativos a empréstimos para capital de giro, como segue, inclusive as importâncias de longo prazo:

Financiadores:		2017 - R\$		2016 - R\$	
		<u>Curto prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>
1	Santander S/A	964.791,93	5.111.548,40	0,00	0,00
1	- Encargos a transcorrer	(311.212,86)	(1.722.383,56)	0,00	0,00
2	Banestes S/A	(2.591.958,30)	0,00	0,00	0,00
2	- Encargos a transcorrer	90.459,43)	0,00	0,00	0,00
3*	Banestes S/A	1.606.684,56	0,00	0,00	0,00
4	Caixa Econômica Federal	166.666,66	0,00	999.999,96	166.666,66
5	Caixa Econômica Federal	0.00	0,00	88.889,24	0,00
6	Banestes S/A	0,00	0,00	778.540,13	0,00
7	Santander S/A	0,00	0,00	282.710,28	1.083.001,31
Total		4.928.429,16	3.389.164,84	2.150.139,61	1.249.667,97

▪ Informações complementares sobre as obrigações, considerando a ordem numérica:

<u>Ordem</u>	<u>Finalidade</u>	<u>Início 1ª. Parc.</u>	<u>Fim</u>	<u>Taxas %</u>		<u>Garantias</u>
				<u>Mensal</u>	<u>Anual</u>	
1	C. Giro	15/05/17	15/04/22	1,46	19,00	Recebíveis do SUS
2	C. Giro	02/01/18	30/10/18	0,60	7,44	Aval
3	C. Giro	01/12/17	11/06/18	1,20	15,39	Aval
4	C. Giro	12/02/15	10/04/18	1,20	14,40	Recebíveis do SUS
5	C. Giro	28/10/14	13/05/17	1,99	26,67	Aval
6	C. Giro	29/11/16	11/01/17	1,00	12,68	Aval
7	C. Giro	27/07/17	27/12/19	1,47	19,14	Aval

Os valores estão de acordo com os instrumentos financeiros contratados e extratos das respectivas instituições financeiras e as obrigações de curto prazo do ano anterior foram liquidadas em 2017.

As obrigações encontram-se registradas por seu valor presente, descontados os encargos futuros, através do reconhecimento dos encargos a transcorrer, a serem reconhecidos à medida de sua efetiva ocorrência, atendendo o princípio da competência.

c) Obrigações com pessoal

Refere-se à folha de pagamento de dezembro e a resíduo do 13º. salário de 2017.

d) Férias e encargos a pagar

O valor considera o valor das férias e respectivo encargos (FGTS e adicional) na data de 31 de dezembro de 2017.

e) Tributos, encargos e serviços

Parcelamentos de tributos de responsabilidade do Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim cujos valores são apresentados, inclusive as parcelas de curto prazo, para melhor compreensão:

<u>TRIBUTOS/CONTRIBUIÇÃO</u>	<u>CURTO PRAZO-R\$</u>	<u>LONGO PRAZO-R\$</u>	<u>VENCIMENTOS:</u>
SESA – resp civil terc. (Incor)	0,00	6.965.270,97	10/2019 ⁽¹⁾
PERT - INSS e RFB	377.005,31	2.947.736,33	01/17 a 12/21 ⁽²⁾
FGTS sobre folha 12/17	484.265,19	0,00	01/2018
IRRF sobre folha 08 a 12/17	1.195.001,43	0,00	09/17 a 01/2018
IRRF/Terceiros PF 05 a 12/17	95.578,85	0,00	06/17 a 01/2018
IRRF/Terceiros PJ 10 a 12/17	42.050,13	0,00	11/17 a 01/18
ISS – PF 04/13 a 12/17	170.147,05	0,00	05/13 a 01/18
ISS – PJ 04 a 12/17	129.121,66	0,00	05 a 01/18
COFINS/PIS/CSLL 10 a 12/17	130.709,28	0,00	11/17 a 01/18
INSS retido em 11 e 12/17	533.884,95	0,00	12/17 e 01/18
Contr. sindical 11/16 a 12/17	101.653,07	0,00	12/16 a 01/18

Escelsa E. Elétrica S/A – parc.	0,00	1.444.155,56	01/17 a 07/19
SESA – Itapemirim dev.	0,00	131.170,64	01/18 a 06/21
CLT – Itapemirim	0,00	14.350,96	01/18 a 02/21
TOTAIS	3.259.416,92	11.502.684,46	

(1) Valor cobrado pela Estado conforme processo nº. 67829546, que envolve procedimentos adotados pela Fundação Instituto do Coração “Dom Luiz Gonzaga Peluzo”, não aceitos pela Secretaria de Estado da Saúde. A obrigação foi provisionada em 2014 devido sua inclusão na Divida Ativa na Receita Estadual, mas encontra-se suspensa por decisão de recurso.

(2) Em 2017 a Entidade beneficiou-se do Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), instituído pela LEI 13.496, de 24/10/2017, e parcelou obrigações administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e as pendentes na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O programa reduziu o montante das obrigações em R\$ 2.894.554,04 e concedeu parcelamento em 149 meses. Em 2017 foram pagas 5 parcelas.

f) Subvenções a Realizar

Referem-se valores recebidos através de convênios governamentais, cuja realização, em parte ou total, dar-se-ão em 2018, conforme “Nota 11”.

Os valores a realizar encontram-se depositados ou aplicados em instituições financeiras, garantindo a aplicação de suas importâncias nos diversos objetos constantes nos Convênios.

g) Receitas de Subvenções a Realizar

Parcela de curto prazo relativo a valores decorrentes de convênios governamentais, aplicados em bens que compõe o ativo imobilizado e que deverão ser transferidos para conta de resultados à medida de suas realizações, conforme disposto pela NBC TG 07 (R1), aprovada pela Resolução 1.305/2010, do Conselho Federal de Contabilidade. As realizações podem acontecer por venda, depreciação ou obsolescência dos bens adquiridos. Na Entidade as realizações tem ocorrido devido ao degaste natural do bem e da aplicação da metodologia da depreciação. As parcelas a serem realizadas em 2018 encontram-se registradas no passivo circulante enquanto aquelas a serem realizadas a partir de 2019 no passivo não circulante como obrigações de longo prazo.

9. OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO

São esclarecidos como segue.

a) Provisão para contingencias

Pela IAS 35 e CPC 25 são definidos os critérios de reconhecimento e bases de mensuração para provisões, contingências ativas e passivas, assim como as regras de divulgação para entendimento de sua natureza, época e valor. São relacionadas a seguir as informações de direitos e obrigações presentes decorrentes de eventos passados que provavelmente irão gerar entradas ou saídas de recursos financeiros, tendo como base informações confiáveis e consistentes:

Natureza:	2017 – R\$
Trabalhistas	150.000,00
Cíveis	680.600,00
Total	830.600,00

A adoção pela Entidade do Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), instituído pela LEI 13.496, de 24/10/2017, acarretou a diminuição do saldo do valor provisionado em comparação ao exercício anterior, pela eliminação do risco existente, pela inclusão do valor da obrigação no parcelamento concedido.

b) Parcelamento de tributos, encargos e serviços

Como apresentado na nota "8-e", trata-se dos valores advindos de obrigações de longo prazo, decorrentes de parcelamentos concedidos pelos entes de direito, e que tem os vencimentos a partir de 2019.

c) Empréstimos

Como apresentado na nota "8-b", refere-se às parcelas do empréstimo a vencer a partir de 2019.

d) Receitas de subvenções a realizar

Trata-se da parcela de longo prazo relativo a valores decorrentes de convênios governamentais, aplicados em bens que compõe o ativo imobilizado e que deverão ser transferidos para conta de resultados à medida de suas realizações, conforme disposto pela NBC TG 07 (R1), aprovada pela Resolução 1.305/2010, do Conselho Federal de Contabilidade.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Incorporação do resultado de 2016 ao Patrimônio Social

No presente exercício foi incorporado ao Patrimônio Social o déficit de R\$ 4.411.394,84, apurado em 31 de dezembro de 2016, conforme disposto no item 15 da ITG 2002, aprovada pela Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade.

b) Resultado do exercício

Em 2017 as operações hospitalares, consideradas as receitas e despesas, acarretaram o déficit de R\$ 2.212.509,60 que, para efeito de análise, deverá ser considerado juntamente com os demais números e informações apresentadas nas demonstrações contábeis. O déficit decorre principalmente das operações de gestão hospitalares, uma vez que nem todos os Municípios cumprem o acordo inicialmente feito, em termos de pagamentos dos gastos hospitalares. Conforme "Nota 11", em 2017 foi gasto com as gestões o valor de R\$ 4.410.004,74 com recursos próprios, além dos valores fornecidos pelas Prefeituras e, ainda, não foi recebida no ano a importância de R\$ 3.800.000,00.

11 – MOVIMENTAÇÃO DOS CONVÊNIOS EM 2017

Conforme os procedimentos ditados pela ITG 2002 (R1)/12 para as entidades sem fins lucrativos e a NBC TG 07-R1/13 que dispõe sobre os procedimentos no recebimento de subvenção e assistência governamentais, em 2017 tais recursos apresentaram as seguintes movimentações:

CONVÊNIO			Objeto	RECEBIMENTOS/RENDIMENTOS/DEVOLUÇÕES - R\$					REALIZAÇÃO - R\$			RECURSOS
ORIGEM	Nº.	VALOR-R\$		Anterior	Em 2017	A receber	Remd fin.	Devolvido	Anterior	Em 2017	A realizar	PRÓPRIOS
- PREFEITURAS:												
Cac. Itapemirim - ES	017-2016	100.000,00	Custeio	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.749,37	21.250,63	0,00	0,00
Itapemirim - ES	32-2013	1.000.000,00	C.Imagem	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	819.775,29	135.614,79	44.609,92	0,00
Itapemirim - ES	015-2015	2.000.000,00	Custeio	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.386.635,73	613.364,27	0,00	0,00
Itapemirim - ES	008-2016	2.000.000,00	Custeio	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Itapemirim - ES	001-2017	12.066.780,00	Custeio	0,00	12.066.790,55	0,00	0,00	0,00	0,00	15.889.844,09	0,00	3.823.064,09
Itapemirim - ES	003-2017	2.400.000,00	Custeio	0,00	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.400.000,00	0,00	0,00
Pres. Kennedy	000002-2017	960.000,00	Custeio	0,00	960.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	960.000,00	0,00	0,00
Marataizes	001-2017	2.400.000,00	Custeio	0,00	600.000,00	1.800.000,00	0,00	0,00	0,00	2.400.000,00	0,00	0,00
Rio Novo do Sul	017-2015	900.000,00	Custeio	0,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.486.940,65	0,00	586.940,65
- ESTADO:												
SESA E. Santo	9027-2015	40.000,00	Equiptos	40.000,00	0,00	0,00	349,70	349,70	39.851,50	148,50	0,00	0,00
SESA E. Santo	9026-2015	56.000,00	Equiptos	56.000,00	0,00	0,00	0,00	725,26	56.000,00	725,26	0,00	0,00
- GOV. FEDERAL												
CMB/FEHOFES	Adesão-2011	60.376,42	Video Conf.	36.521,99	23.854,43	0,00	0,00	0,00	0,00	22.794,29	37.582,13	0,00
Federal	836263-2016	1.000.000,00	Equiptos	0,00	1.000.000,00	0,00	41.300,90	0,00	0,00	0,00	1.041.300,90	0,00
Federal	835279-2016	250.000,00	Equiptos	0,00	250.000,00	0,00	8.221,59	0,00	0,00	0,00	258.221,59	0,00
Federal	836808-2016	300.000,00	Equiptos	0,00	300.000,00	0,00	9.302,61	0,00	0,00	0,00	309.302,61	0,00
Federal	833098-2016	100.000,00	Equiptos	0,00	100.000,00	0,00	2.368,13	2.368,13	0,00	100.000,00	0,00	0,00
Federal	835281-2016	730.000,00	Equiptos	0,00	730.000,00	0,00	21.876,36	0,00	0,00	0,00	751.876,36	0,00
Federal	836807-2016	100.000,00	Equiptos	0,00	100.000,00	0,00	1.936,46	0,00	0,00	100.000,00	1.936,46	0,00
Federal	62992-2009	300.000,00	Equiptos	300.000,00	0,00	0,00	2.799,90	126.271,00	176.528,90	0,00	0,00	0,00
Federal	709252-2009	212.727,00	Equiptos	212.727,00	0,00	0,00	12.117,50	224.844,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Federal	000279-2010	198.720,00	Equiptos	198.720,00	0,00	0,00	4.060,10	0,00	138.267,44	0,00	64.512,66	0,00
Federal	64302-2010	298.908,00	Equiptos	298.908,00	0,00	0,00	0,00	70.666,54	228.241,46	0,00	0,00	0,00
Federal	760963-2011	1.614.000,00	Equiptos	1.614.000,00	0,00	0,00	23.463,46	0,00	1.264.563,80	0,00	372.899,66	0,00
Federal	757046-2011	872.343,00	Equiptos	872.343,00	0,00	0,00	28.093,97	0,00	792.131,22	0,00	108.305,75	0,00
Federal	810110-2014	1.000.000,00	Equiptos	1.000.000,00	0,00	0,00	26.621,60	0,00	697.113,69	110.000,00	329.507,91	0,00
Federal	807921-2014	1.000.000,00	Equiptos	1.000.000,00	0,00	0,00	10.132,06	0,00	848.227,94	0,00	161.904,12	0,00
Federal	812406-2014	150.000,00	Equiptos	150.000,00	0,00	0,00	249,68	13.534,56	136.715,12	0,00	0,00	0,00
Federal	812407-2014	100.000,00	Equiptos	100.000,00	0,00	0,00	0,00	8.996,58	91.003,42	0,00	0,00	0,00
Federal	822067-2015	150.000,00	Equiptos	150.000,00	0,00	0,00	4.779,69	5.013,98	0,00	149.765,71	0,00	0,00
Federal	823721-2015	100.000,00	Equiptos	100.000,00	0,00	0,00	7.422,83	15.422,83	0,00	92.000,00	0,00	0,00
Federal	823727-2015	200.000,00	Equiptos	200.000,00	0,00	0,00	13.702,85	13.802,88	0,00	199.899,97	0,00	0,00
Federal	824523-2015	153.900,00	Equiptos	153.900,00	0,00	0,00	13.604,79	0,00	0,00	62.060,00	105.444,79	0,00
TOTAL		32.713.754,42		9.483.119,99	19.430.644,98	3.800.000,00	232.404,18	481.995,96	8.753.804,88	24.744.408,16	3.587.404,86	4.410.004,74

12. ORIGEM DAS RECEITAS

a) **Contratualização SUS**

Receitas decorrentes de atendimentos médicos hospitalares, no âmbito do Sistema Único de Saúde, conforme Convênio firmado com o governo do Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado da Saúde.

b) **Serviços Conveniados**

Receitas decorrentes de atendimentos médicos hospitalares por conta de administradoras de plano de saúde, mediante contratos, relativo aos seguintes:

Descrição	2017 – R\$	2016 - R\$
Unimed – Cachoeiro de Itapemirim	20.258.086,14	21.218.540,78
Cassi – Caixa Assis. Banco Brasil	1.616.134,64	2.491.553,47
Bradesco Seguros	1.544.795,16	609.973,46
Samp	1.049.667,35	979.276,97
São Bernardo Saúde	915.197,67	1.229.397,33
GEAP	772.264,40	711.201,52
Medsanitas Brasil	710.998,98	633.799,02
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	584.116,85	205.316,28
Banescaixa	534.549,79	394.345,04
Consórcio Intermunicipal	520.592,05	541.259,95
Demais convênios	3.368.868,29	5.835.057,98
TOTAL	31.875.271,32	34.849.721,8

c) **Demais serviços hospitalares**

Receitas decorrentes da prestação de serviços a particulares e demais procedimentos de serviços, incluindo a Filial no Município de Itapemirim – ES, como segue:

Descrição	2017 – R\$	2016 – R\$
Pacientes particulares	1.973.828,16	1.645.706,83
Serviços de Ressonância Magnética	370.269,66	266.340,35
Serviços de Tomografia	398.935,39	361.550,95
Serviços de Ultrassonografia	243.076,80	217.772,13
Exames laboratoriais	169.047,20	169.290,89
Radiologia	148.088,25	139.744,32
Outros serviços	18.476,68	10.714,02
TOTAL	3.321.722,14	2.811.119,49

d) Subvenções governamental

Subvenção diversas recebidas das prefeituras, como segue:

CONVÊNIOS			Objeto	RECEBIMENTOS		REALIZADO	RECURSOS
ORIGEM	Nº.	VALOR-R\$		Em 2017	A receber	Em 2017	PRÓPRIOS
- PREFEITURAS:							
Itapemirim - ES	001-2017	12.066.840,00	Custeio	12.066.840,00	0,00	15.889.844,09	3.823.004,09
Itapemirim - ES	003-2017	2.400.000,00	Custeio	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00	0,00
Presidente Kennedy	000002-2017	960.000,00	Custeio	960.000,00	0,00	960.000,00	0,00
Marataízes	001-2017	2.400.000,00	Custeio	600.000,00	1.800.000,00	2.400.000,00	0,00
Rio Novo do Sul	017-2015	900.000,00	Custeio	900.000,00	0,00	1.486.940,65	586.940,65
SOMA:		18.726.840,00		16.926.840,00	1.800.000,00	23.136.784,74	4.409.944,74
Realização por depreciação - Federal		1.076.783,29					
TOTAL:		19.803.623,29					

Dos totais conveniados de R\$ 18.726.840,00 foi recebido no exercício a importância de R\$ 16.926.840,00, restando a receber R\$ 1.800.000,00, tendo sido aplicado R\$ 23.136.784,74, ou seja, os excessos foram pagos com recursos próprios da Entidade.

e) Contribuições e doações

Contribuições e doações feitas por particulares, pessoas físicas e jurídicas, para aplicação nos objetivos fins da sociedade, como segue:

Descrição	2017 - R\$	2016 - R\$
Recursos fornecidos pelas Igrejas Evangélicas Mantenedoras	7.500,00	7.500,00
Recursos pelo REICLHECI (Programa Seletivo de Coleta)	12.945,85	14.832,00
Captação Recursos (Escelsa)	400.944,43	453.577,44
Contribuição de pessoas jurídicas	367.982,34	970.929,04
Contribuições de pessoas físicas	142.828,33	110.000,57
Trabalho voluntário –item 19 da ITG 2002(R1)/12	111.475,56	0,00
TOTAL	1.043.676,51	1.556.839,05

O Hospital, nos termos do item 19 da ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC 1.406/12, com as modificações de 21/08/15, utilizou serviços voluntários em 2017 cujo montante, contabilizados, é de R\$ 111.475,56, (cento e onze mil e quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

13. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA E TRIBUTÁRIA

a) Imunidade/Isenção tributária e previdenciária

A sociedade está imune e isenta do pagamento de impostos e contribuições em decorrência de sua atividade notoriamente filantrópica, reconhecida através dos Certificados relacionados na nota explicativa “2”, por atender aos requisitos contidos na Lei nº. 12.101/09, com adaptações das Leis nºs. 12.453/11, 12.868/13 e 13.043/14 e do Decreto 8.242/14, que regula a Lei. nº. 12.101/09, e da alínea “c”, inciso 6º, art. 150. CF/88.

b) Benefício previdenciário e fiscal usufruídos

Em 2017 foram reconhecidos contabilmente o valor dos benefícios previdenciário e fiscal usufruídos sobre as operações hospitalares, acarretando a inserção do benefício usufruído na demonstração do superávit apurado, como segue:

ISENÇÕES:	2017 – R\$	2016 – R\$
1 - Previdenciária:		
Sobre a folha de pagamento, autônomos e fornecimento de mão-de-obra	16.277.092,70	14.589.021,00
2 - Impostos e contribuições federal:		
a) Cofins – sobre as receitas faturadas (base lucro real)	3.677.516,60	3.536.648,00
b) IRPJ – sobre o déficit (base lucro real**)	-	-
c) CSLL – sobre o déficit (base lucro real**)	-	-
e) IOF s/empréstimos	39.216,00	-
3 - Municipal:		
ISS sobre os serviços hospitalares prestados	5.407.452,04	5.248.012,00
TOTAL DA ISENÇÃO	25.401.277,34	23.373.681,00

** O resultado tributável apresenta base de cálculo negativa

O valor total das isenções encontra-se aplicado integralmente na manutenção das operações sociais do Hospital. Os valores encontram-se registrados nas respectivas contas de despesas relativas aos impostos e contribuições.

14. RESULTADO DECORRENTE DA PRESTAÇÃO DA GESTÃO HOSPITALAR

Gestão relativa aos seguintes hospitais:

a) Hospital Evangélico Litoral Sul

Gestão hospitalar da Entidade sem fins lucrativos, com sede no Município de Itapemirim – ES, conforme instrumento de contrato assinado em 15 de dezembro de 2009 e aditivos, cujos resultados decorrentes das operações desenvolvidas foram as seguintes:

Discriminação	2017 – R\$	2016 – R\$
1 - Receitas:	8.036.432,44	6.847.466,14
▪ Subvenções municipais	3.960.000,00	4.100.000,00
▪ Serviços Sus	3.542.375,12	2.262.792,81
▪ Convênios e particulares	534.057,32	484.673,33
2 - Custos/despesas:	12.870.358,00	(15.991.291,02)
▪ Salários e encargos	7.274.798,04	7.611.294,14
▪ Medicamentos e despesas	5.595.559,96	7.994.888,12

3 -	Parcelamentos	207.725,69	
	▪ Impostos parcelados pagos	207.725,69	385.108,76
4 -	Déficit líquido	(5.041.651,25)	(9.143.824,88)

b) Hospital Menino Jesus

Gestão hospitalar da Entidade sem fins lucrativos, com sede no Município de Itapemirim – ES conforme instrumento de contrato, cujos resultados das operações desenvolvidas foram as seguintes:

Discriminação	2017 – R\$	2016 – R\$
1 - Receitas:	12.066.840,00	12.066.790,55
▪ Subvenções municipais	12.066.840,00	12.066.790,55
2 - Custos/despesas:	(16.577.653,02)	(15.155.231,93)
▪ Salários e encargos	8.515.950,81	8.271.569,16
▪ Medicamentos e despesas	5.525.795,70	4.539.718,71
▪ Provisão para RCTA	2.535.906,51	2.343.944,06
3 - Superávit (déficit) líquido	(4.510.813,02)	(3.088.441,38)

15. SEGUROS

A política do hospital é a de manter cobertura de seguros em montante considerado satisfatório, face aos riscos envolvidos do exercício. Em 2017 e 2016, para proteger as operações desenvolvidas, foi contratado seguros para cobrir os seguintes riscos:

a) Cobertura Matriz

Tipo de Riscos:	Importância Segurada – R\$	
	2017	2016
Incêndio, raio, explosão de qq natureza	25.000.000,00	20.000.000,00
Danos Elétricos	3.000.000,00	3.000.000,00
Roubo de bens	100.000,00	100.000,00
Equipamentos eletrônicos (sem roubo/danos elétricos)	400.000,00	400.000,00
Veículos (6 unidades) – danos materiais, corporais e morais	900.000,00	250.000,00
Responsabilidade civil	500.000,00	500.000,00

b) Cobertura Filial

Tipo de Riscos:	2017 – R\$
Incêndio, raio, explosão de qq natureza	5.000.000,00
Vendaval/Fumaça	100.000,00
Danos Elétricos	25.000,00
Responsabilidade civil	300.000,00

16. DIVULGAÇÃO ITG 2002(R1)/2012

O item 27 da ITG 2002 (R1), sobre Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade, menciona que as demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham, pelo menos, as seguintes informações:

As divulgações para o atendimento da ITG são as seguintes:

- (a) contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais;

Encontra-se divulgado na nota explicativa 01.

- (b) os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos;

Encontra-se divulgado na nota explicativa 5-b.

- (c) a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse;

Encontra-se divulgado na nota explicativa 13-b e demonstração do superávit ou déficit.

- (d) as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;

Encontra-se divulgado na nota explicativa 11.

- (e) os recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes de tais recursos;

Encontra-se divulgado na nota explicativa 5-d.

- (f) os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador;

Encontra-se divulgado na nota explicativa 5-d e 11

- (g) eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;

Até a data de conclusão das demonstrações financeiras não se apresentaram eventos que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;

- (h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo;

Encontra-se divulgado na nota explicativa 8-b.

- (i) informações sobre os seguros contratados;

Encontra-se divulgado na nota explicativa 15.

- (j) a entidade educacional de ensino superior deve evidenciar a adequação da receita com a despesa de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;

A questão não se aplica às operações hospitalares da Entidade.

- (k) os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observado a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil;

Encontra-se divulgado na nota explicativa 7.

- (l) segregar os atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade;

As operações da Entidade são desenvolvidas com recursos próprios advindas de suas operações hospitalares acrescidas de subvenções recebidas de entidades governamentais, com destinação certa, conforme demonstra a nota explicativa 11.

- (m) todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos;

O procedimento não se aplica às atividades hospitalares da Entidade.